

JORGE MIRANDA

CURSO DE
DIREITO CONSTITUCIONAL

NORMAS CONSTITUCIONAIS. DIREITOS FUNDAMENTAIS.
ATIVIDADE CONSTITUCIONAL DO ESTADO.
FISCALIZAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE

VOL. 2

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA

ÍNDICE

PARTE I NORMAS CONSTITUCIONAIS

CAPÍTULO I ESTRUTURA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

1. Os princípios e a sua função ordenadora	9
2. Classificações de princípios constitucionais	13
3. Os preâmbulos constitucionais	17
4. Classificações de normas-regras	19
5. Normas precativas e normas programáticas	21
6. Normas exequíveis e não exequíveis por si mesmas	23
7. Normas precativas exequíveis, normas precativas não exequíveis e normas programáticas	24
8. A aplicabilidade direta das normas constitucionais	26

CAPÍTULO II INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO

§ 1.º

Interpretação e integração das normas constitucionais

9. A problemática da interpretação constitucional	28
10. Postulados da interpretação constitucional e seus corolários	32
11. As lacunas da Constituição e a sua integração	35

§ 2.º

A aplicação das normas constitucionais no tempo

12. A superveniência das normas constitucionais	37
13. Direito constitucional novo e Direito constitucional anterior	38
14. Direito constitucional novo e Direito ordinário anterior	40
15. A subsistência do Direito ordinário não contrário à Constituição	42
16. Direito constitucional novo e Direito internacional anterior	44
17. Direito constitucional novo e atos jurídico-públicos	44

§ 3.º

A aplicação das normas constitucionais no espaço

18. Constituição e território do Estado	46
19. A aplicação das normas constitucionais no estrangeiro	46
20. Normas constitucionais e normas de conflitos	50

PARTE II

DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

SENTIDO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

21. Direitos fundamentais e direitos do homem	51
22. Os direitos fundamentais na história	53
23. Direitos e valores	55

CAPÍTULO II

**CONCEITOS AFINS E CATEGORIAS
DE DIREITOS FUNDAMENTAIS**

§ 1.º

Direitos fundamentais e categorias afins

24. Direitos fundamentais e direitos subjetivos públicos	60
25. Direitos fundamentais e direitos de personalidade	62
26. Direitos fundamentais e situações funcionais	63
27. Direitos fundamentais e direitos dos povos	64
28. Direitos fundamentais e interesses difusos	66
29. Direitos fundamentais e garantias institucionais	67
30. Direitos fundamentais e deveres fundamentais	69

§ 2.º

Categorias de direitos fundamentais

31. As classificações	70
32. Direitos de agir e direitos de exigir	71
33. Direitos de existência, de liberdade, de participação, a prestações e de defesa	72
34. Direitos de liberdade e direitos sociais	74

CAPÍTULO III

O ATUAL SISTEMA PORTUGUÊS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

35. A Constituição e os direitos fundamentais	81
36. A abertura a novos direitos fundamentais	83
37. Os deveres na Constituição	90
38. A interpretação e a integração de harmonia com a Declaração Universal	96
39. A dignidade da pessoa humana, fundamento da República	99
40. O Estado de Direito	103

CAPÍTULO IV

O REGIME DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

41. Os grandes princípios constitucionais	106
42. O princípio da universalidade	109
43. O princípio da igualdade	112
44. O princípio da igualdade no Direito positivo português	114
45. Sentido da igualdade	115
46. As discriminações positivas	119
47. O princípio da proporcionalidade	120
48. Campos de aplicação	122
49. Formas de violação	124
50. Segurança jurídica, proteção da confiança, boa-fé	125
51. A aplicação imediata dos direitos fundamentais	128
52. A vinculação das entidades privadas	130
53. A preservação do conteúdo essencial	132
54. A limitação recíproca dos direitos	133
55. Tutela jurídica e acesso ao direito	134
56. A tutela jurisdicional dos direitos fundamentais	135
57. Os procedimentos judiciais do art. 20.º, n.º 5, da Constituição	140
58. A tutela graciosa ou não contenciosa dos direitos fundamentais	142
59. O Provedor de Justiça	143

PARTE III
ATIVIDADE CONSTITUCIONAL DO ESTADO

CAPÍTULO I
FUNÇÕES DO ESTADO

60. Os dois sentidos de função	147
61. A função no sentido de atividade	148
62. Classificação adotada: funções fundamentais e funções complementares, acessórias e atípicas	150
63. A função política	154
64. A função administrativa e a função jurisdicional	156
65. Zonas de fronteira e funções complementares, acessórias e atípicas	159

CAPÍTULO II
ATOS JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS

§ 1.º

Atos jurídico-constitucionais

66. Atos jurídico-públicos e atos jurídico-constitucionais	162
67. Pressupostos, elementos, requisitos	164
68. Atos de produção sucessiva, processo, procedimento	167
69. Atos tácitos e omissões	171
70. O tempo em Direito constitucional	172

§ 2.º

Atos legislativos

71. Aceções de lei	173
72. A problemática jurídico-política da lei	175
73. A lei na evolução do Estado	176
74. Lei em sentido material e lei em sentido formal	179
75. A Constituição e a atividade legislativa	183
76. Reserva de lei e princípio da legalidade	186
77. Unidade e pluralidade de formas de lei	187

CAPÍTULO III OS ATOS LEGISLATIVOS NO DIREITO PORTUGUÊS

§ 1.º

Os atos legislativos em geral

78. Sentido de lei na Constituição	191
79. Generalidade e Estado de Direito	196
80. As leis após 1974	199
81. O quadro atual	201
82. O primado da Assembleia da República	203
83. A competência legislativa do Governo	206
84. As competências das Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira	208
85. A fixação de competência legislativa	210
86. A fixação das formas de lei e as relações da lei e regulamento	212
87. As leis reforçadas	216
88. O referendo político vinculativo e os seus efeitos	221
89. Leis do Estado e decretos legislativos regionais	223

§ 2.º

O procedimento legislativo parlamentar

90. Órgãos legislativos e procedimento	227
91. O procedimento legislativo parlamentar	228
92. As fases do procedimento	229
93. A iniciativa legislativa	230
94. A fase da apreciação	233
95. A deliberação	234
96. A promulgação e a referenda	236
97. A promulgação e o veto	239
98. A segunda deliberação pela Assembleia da República	241

PARTE IV FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE

CAPÍTULO I INCONSTITUCIONALIDADE, GARANTIA, FISCALIZAÇÃO

§ 1.º

Conceitos básicos

99.	Inconstitucionalidade	243
100.	Garantia e fiscalização	246
101.	Tipos de fiscalização	250
102.	Juízo de inconstitucionalidade e decisões dos tribunais	254

§ 2.º

Relance histórico-comparativo

103.	Inserção histórica	256
104.	Os grandes modelos ou sistemas típicos	260
105.	A fiscalização da constitucionalidade em Portugal	264
106.	A fiscalização da constitucionalidade no Brasil	265
107.	A fiscalização da constitucionalidade nos países africanos de língua portuguesa e em Timor	266
108.	A legitimidade dos Tribunais Constitucionais	267

CAPÍTULO II A FISCALIZAÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE NO ATUAL DIREITO PORTUGUÊS

§ 1.º

Considerações gerais

109.	Características gerais	270
110.	Âmbito da fiscalização	270
111.	Os processos e as decisões positivas do Tribunal Constitucional	273

§ 2.º

A fiscalização concreta

112.	A apreciação da inconstitucionalidade pelos tribunais em geral	274
113.	Decisões recorríveis para o Tribunal Constitucional	276
114.	A suscitação da questão de inconstitucionalidade durante o processo	278
115.	Legitimidade para recorrer	280
116.	Alcance da decisão do Tribunal Constitucional	282

§ 3.º

A fiscalização abstrata da inconstitucionalidade por ação

117. Sentido do pedido de fiscalização abstrata	283
118. O princípio do pedido	286
119. Regime processual da fiscalização abstrata	289
120. A fiscalização preventiva e as suas funções	290
121. Diplomas sujeitos a fiscalização	291
122. A fiscalização sucessiva abstrata por ação	292
123. A passagem da fiscalização concreta à fiscalização abstrata	295
124. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	297
125. Retroatividade da declaração e repristinação	298
126. A restrição dos efeitos da inconstitucionalidade	300

§ 4.º

A fiscalização da inconstitucionalidade por omissão

127. As omissões legislativas	302
128. O processo de fiscalização da inconstitucionalidade por omissão	306